



O BALANÇO DE 10 ANOS DE PROCESSO DEMOCRÁTICO, DEVERIA POSSIBILITAR A AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DOS PORTUGUESES NO QUE SE REFERE A DUAS (ESSENCIAIS) ORDENS DE QUESTÕES:

- AS SUAS CONDIÇÕES DE VIDA ECONÓMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS ISTO É, O ESTADO DA SUA ECONOMIA E COESÃO CULTURAL;
- AS SUAS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DOS DIREITOS DEMOCRÁTICOS ISTO É O ESTADO DO SEU SISTEMA POLÍTICO E RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES.

A - BALANÇO POLÍTICO

Fundação Cuidar o Futuro

O 25 DE ABRIL FOI EM SI UMA ACÇÃO DE ELIMINAÇÃO EM RELAÇÃO AO FACISMO, UMA ACÇÃO DE AFIRMAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, UMA ACÇÃO MERAMENTE DEFENSIVA EM RELAÇÃO À CRISE ECONÓMICA MUNDIAL, E FINALMENTE UMA ACÇÃO DE AJUSTAMENTO IMEDIATO EM RELAÇÃO AO PROBLEMA DE DESCOLONIZAÇÃO.

CONVÉM, POR ISSO RECORDAR, AS CAUSAS DE MÉDIO PRAZO DE TAL ACTO, QUE PARECEM BEM CLARAS:

- DESENCANTAMENTO EM RELAÇÃO À DITADURA POR UMA PARTE CRESCENTE DA POPULAÇÃO;
- DESENCANTAMENTO EM RELAÇÃO À FASE FINAL DO SALAZARISMO E À POLÍTICA DE MARCELO CAETANO, DUMA PARTE CRES-



CENTE DA PEQUENA E MÉDIA BURGUESIA, CUJO PODER ECONÓMICO SE AFIRMARA A PARTIR DOS ÚLTIMOS ANOS 50 E CUJA ESPERANÇA DE VER PORTUGAL ACOMPANHAR OS NÍVEIS EUROPEUS SE VIA CADA VEZ MAIS FRUSTRADA;

- REFLEXO DESSA SITUAÇÃO NOS QUADROS DAS F.A.'S, E DE UM MODO GERAL EM TODA A POPULAÇÃO SUJEITA A UMA GUERRA DE DESGASTE PROLONGADA.

- POLÍTICA ISOLACIONISTA DO GOVERNO

O 25 DE ABRIL APARECE ASSIM COMO CONSEQUÊNCIA DA IRREVERSIBILIDADE DA DEGRADAÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL DO REGIME SALAZARISTA/MARCELISTA,

Fundação Cuidar o Futuro

A GUERRA COLONIAL É O RESULTADO MAIS EVIDENTE DA INCAPACIDADE POLÍTICA DESSE REGIME;

A ESPECULAÇÃO FINANCEIRA E O INÍCIO DO SURTO INFLACIONISTA SÃO A CONSEQUÊNCIA DIRECTA DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO QUE VINHA SENDO SEGUIDA.



AS CAUSAS IMEDIATAS DO GOLPE MILITAR PARECEM MENOS CLARAS, OS MECANISMOS DESENCADEADOS SUCESSIVAMENTE POR KAULZA E SPÍNOLA - COSTA GOMES, E A POLÍTICA INDECISA DE M. CAETANO EM RELAÇÃO A UM AUMENTO DE ESFORÇO NA GUERRA COLONIAL, QUE DESCONTENTOU SIMULTANEAMENTE ULTRAS E MODERADOS, SÃO RAZÕES CONHECIDAS, MAS OS MECANISMOS E A SUA INTER-RELAÇÃO INTERNA E EXTERNA ESTÃO POR ESTUDAR.

O 25 DE ABRIL É APOIADO POR UMA ESMAGADORA MAIORIA DA POPULAÇÃO, POR RAZÕES DIVERSAS E CONTRADITÓRIAS.

Fundação Cuidar o Futuro

AS MOVIMENTAÇÕES E REINVINDICAÇÕES POPULARES QUE SE COMEÇAM A DAR A PARTIR DE SETEMBRO, ATINGEM DE CERTA FORMA O SEU AUGE NO INVERNO DE 74-75, E COMEÇAM A TER REPERCUSSÕES INQUIETANTES PARA O "STATUS QUO" QUANDO AMEAÇAM PARTIR O APARELHO MILITAR E FORMAR UM EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO.

ESTA SITUAÇÃO, MESMO QUE HOJE NOS PAREÇA IRRISÓRIA, FOI TOMADA A SÉRIO PELOS QUADROS MILITARES, INCLUSIVE PELA SUA ALA MAIS AVANÇADA, E PELOS MILITANTES POLÍTICOS TRADICIONAIS.

POR QUERER CONTROLAR O PROCESSO NASCENTE, MODERANDO-OU ACELERANDO-OU, OS MILITARES MAIS REVOLUCIONÁRIOS - LEIA-SE, OS QUE MAIS QUERIAM VOLTAR A SITUAÇÃO A SEU FAVOR - FORAM FORMANDO UM REGIME DE CONTROLO MILITAR, HIERARQUIZADO, INICIALMEN



TE ABERTO A TENDÊNCIAS MODERADAS, MAS DEPURADO GRADUALMENTE A PARTIR DO 11 DE MARÇO.

É ÓBVIO QUE NESTE PROCESSO MUITOS MILITARES FUNCIONARAM COMO CORREIA DE TRANSMISSÃO DE PARTIDOS, MAS TAMBÉM É ÓBVIO QUE SEM MILITARES NÃO TERIA HAVIDO O 11 DE MARÇO.

O 11 DE MARÇO PERMITIU AOS MILITARES REVOLUCIONÁRIO CONROLAR MELHOR A SITUAÇÃO, ACENTUANDO O CARÁCTER DE REINVINDICAÇÃO PEQUENO-BURGUESA DO GOLPE DE ESTADO DE 25 DE ABRIL, QUE ASSIM ERA TRANSFORMADO EM REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E POPULAR; E AOS MILITANTES POLÍTICOS MAIS RADICAIS PERMITIU DESMOBILIZAR AS REINVINDICAÇÕES SALARIAIS E DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DOS CONTRATOS DE TRABALHO E DO CONTROLHO DA PRODUÇÃO, A TROCO DE IMEDIATAS MELHORIAS NOS RENDIMENTOS DE ALGUMAS FRACÇÕES DAS ZONAS URBANAS, DA FORMA AGRÁRIA NO ALENTEJO, DA PROMESSA DE UM CRÉDITO DISTRIBUÍDO E JUSTO PARA QUEM DELE PRECISASSE.

POR OUTRO LADO, AS NACIONALIZAÇÕES E A DEPURAÇÃO E DEBANDA DE UMA FRACÇÃO DA TECNOCRACIA, DAVAM LUGAR AO INGRESSO DE NOVOS GESTORES, TÉCNICOS E FUNCIONÁRIOS, SEDENTOS DO SEU LUGAR AO SOL, SATISFAZENDO ASSIM UMA PARTE DAS ASPIRAÇÕES PEQUENO-BURGUESAS.

É ÓBVIO QUE DURANTE ESTA FASE É O P.C. QUE HEGEMONIZA OS ACONTECIMENTOS E AO P.S. NADA MAIS RESTA QUE UTILIZAR O PRESTÍGIO DE ALGUNS DOS SEUS MILITANTES, O RESULTADO MUITO FAVORÁVEL DAS ELEIÇÕES, O SEU EPÍTETO "SOCIALISTA" PARA ORGANIZAR UMA DEFESA, PRIMEIRO PASSIVA, DEPOIS ACTIVA, MOBILIZANDO O



MEDO IDEOLÓGICO DO COMUNISMO E DO CONTROLO BUROCRÁTICO E CENTRALIZADOR.

FORA DESTE ESQUEMA, FICARAM QUASE SEMPRE GRANDES FRACÇÕES DA POPULAÇÃO, CAMPONESES, PARTE DA PEQUENA E MÉDIA BURGUESIA, OPERÁRIOS DAS INDÚSTRIAS MAIS "ATRASADAS" E MENOS CONCENTRADAS A QUEM O 25 DE ABRIL NÃO DERA MELHORIAS, MAS PARA QUEM PODIA CONTINUAR A FUNCIONAR COMO ESPERANÇA.

A GRANDE BURGUESIA, GRANDE PARTE DA MÉDIA BURGUESIA EMPRESARIAL E LIBERAL, FICARA DE FORA DESDE O PRINCÍPIO, E DE FORA FORAM FICANDO AS ZONAS MAIS CONSERVADORAS DO FUNCIONALISMO E DAS F.A., TAL COMO OS MILITARES QUE POR BOM SENSO E POSIÇÃO ^{NA} PARTIDÁRIA, APONTAVAM PARA UMA TRANSFORMAÇÃO MAIS GRADUAL DA SOCIEDADE E VIAM A IMPOSSIBILIDADE DE UMA MUDANÇA RADICAL SEM ENTRAR NA ÓRBITA SOVIÉTICA.

É ESSA AMÁLGAMA DIFUSA E DESCONJUNTADA DE MILITARES E CIVIS QUE PREPARA, EXECUTA E PROSSEGUE O 25 DE NOVEMBRO, SEPARANDO-SE DAS CAMADAS MAIS RADICAIS, MOBILIZANDO-SE "CONTRA" QUALQUER COISA.

OS MILITARES QUE EXECUTAM E CONSOLIDAM O 25 DE NOVEMBRO PROPÕEM-SE DESMILITARIZAR O REGIME E FAZÊ-LO EVOLUIR PARA UMA SOCIEDADE DO TIPO OCIDENTAL.

PARA TAL, MANTÊM O CONTROLO DO APARELHO MILITAR ATÉ À SUA COMPLETA DEPURAÇÃO DOS ELEMENTOS SUSPEITOS DE PRÓ-SOVIÉTIS



MO OU BASISMO REVOLUCIONÁRIO, E APOIAM-SE NO P.S., QUE DE ENTRE OS PARTIDOS "EUROPEUS" E "OCIDENTAIS", CAPAZES DE GOVERNAR UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E PARLAMENTAR, É O MAIS À ESQUERDA E COM MAIOR IMPLANTAÇÃO ELEITORAL.

APROVADA A CONSTITUIÇÃO, O RESULTADO DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 76 PARECE CONFIRMAR A JUSTEZA DESRA OPÇÃO, E O PS É CHAMADO A FORMAR UM GOVERNO MINORITÁRIO, PERANTE A NEUTRALIDADE DE OUTROS PARTIDOS COM ASSENTO NA A.R.

A PARTIR DE ENTÃO, O GOVERNO SOCIALISTA OPTA POR COMBATER TODOS OS RESTÍCIOS DE ACTIVIDADE EXTRA-PARTIDÁRIA E DIMINUI AS POSSIBILIDADES DE EVOLUÇÃO PARA UMA DEMOCRACIA ECONÓMICA; EM NOE DA QUESTÃO FINANCEIRA, PROVOCA UMA RECESSÃO ECONÓMICA E UMA GRANDE DIMINUIÇÃO DO PODER DE COMPRA.

ALIENA VASTAS CAMADAS DA POPULAÇÃO TRABALHADORA E DE MAIS BAIXOS RENDIMENTOS, ABRE A ESPERANÇA DE UMA RECOMPOSIÇÃO DO LEQUE DOS RENDIMENTOS, NO SENTIDO DE O APROXIMAR DA SITUAÇÃO ANTERIOR AO 25 DE ABRIL.

ABRE CAMINHO ÀS ACTIVIDADES QUE PERMITEM GANHOS RÁPIDOS E À FORMAÇÃO DE NOVAS FORTUNAS (ACTIVIDADES DE PURA ESPECULAÇÃO).

A DINÂMICA DA SOCIEDADE PORTUGUESA PASSA DESDE ENTÃO A SER UMA DINÂMICA DE DIREITA; A ESQUERDA ASSUME APENAS O DIREITO DE RESPOSTA.



A COLIGAÇÃO DE DIREITA A.D. ASSUME O PODER DEPOIS DE UMA ÉPOCA DE INCERTEZA POLÍTICA (EM QUE NEM POR ISSO A SOCIEDADE E A ECONOMIA FUNCIONARAM MELHOR OU PIOR);

EXECUTA UMA POLÍTICA ECONÓMICA DE CONTENÇÃO RELATIVA DE ALTA DE CUSTO DE VIDA E DISTRIBUI ALGUMAS BENESSES SOCIAIS, MOSTRANDO ASSIM HABILIDADE E CAPACIDADE EM ESPERAR, ANTES DE TENTAR IMPOR O SEU PROJECTO CONTROLADOR E LIBERAL.

ESSA POLÍTICA ECONÓMICA SOCIAL-DEMOCRATA SÓ FOI ALIÁS POSSÍVEL PELA ANTERIOR ACÇÃO DO P.S., QUE UTILIZANDO UM PROCESSO "COMPRADO" NO ESTRANGEIRO, IMPÔS UMA POLÍTICA DE RECESSÃO, QUE NÃO ENCONTRANDO APOIO POPULAR, SÓ CONSEGUIE SER "DEMOCRATICAMENTE" ALCANÇADA ATRAVÉS DE UMA PRECÁRIA ALIANÇA COM O C.D.S.

A COLIGAÇÃO DE DIREITA A.D. ENSAIA UM PROJECTO POLÍTICO HEGEMÓNICO NAS PRESIDENCIAIS DE 80, AO MESMO TEMPO QUE ASSUME UMA GESTÃO ECONÓMICA NUMA PERSPECTIVA PURAMENTE TÁCTICAS.

DERROTADA NO OBJECTIVO ESSENCIAL, PAGA OS CUSTOS DA GES



TÃO TÁTICA EXECUTADA NO CAMPO ECONÓMICO E CEDE LUGAR A UMA COLIGAÇÃO DE CENTRO, ONDE SE CONTINUA A AFIRMAR AINDA COM PESO SUBSTANCIAL, ATRAVÉS DO PSD.

ESTA NOVA COLIGAÇÃO, PARADOXALMENTE MAIS À ESQUERDA, ASSUME A LÓGICA DUMA POLÍTICA DE DIREITA, NOVAMENTE EM NOME DUMA POLÍTICA DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO E PASSA A EXECUTAR DIRECTRIZES ECONÓMICO-FINANCEIRAS DE CENTROS DE DECISÃO EXTERIORES AO PAÍS.

CONSTITUÍDA PELOS 2 MAIORES PARTIDOS, E ARRIGIMENTANDO EM TERMOS DE BASE PARLAMENTAR, UMA SÓLIDA MAIORIA QUE VAI DO CENTRO-DIREITA AO CENTRO-ESQUERDA, A ACTUAL COLIGAÇÃO NÃO DEIXA DÚVIDAS SOBRE AQUILO QUE REPRESENTA:

- A ÚLTIMA HIPÓTESE CREDÍVEL DE GOVERNO COM BASE NO ACTUAL QUADRO PARTIDÁRIO;
- A ÚLTIMA HIPÓTESE CREDÍVEL DE GOVERNO COM BASE NO ACTUAL SISTEMA DE RELAÇÃO DO PODER;



II.

O 25 DE ABRIL, FOI POSSÍVEL MERCÊ DE UMA INTERVENÇÃO DOS MILITARES NA VIDA POLÍTICA, NUM SENTIDO POUCO VULGAR JÁ QUE, NÃO SÓ ELIMINARAM UM REGIME DITATORIAL COMO, CUMPRIRAM NO TODO E NOS PRAZOS ACORDADOS TODOS OS COMPROMISSOS COM O REGIME DEMOCRÁTICO.

DE 25 DE ABRIL ATÉ 25 DE NOVEMBRO, OS MILITARES (AS VÁRIAS FACÇÕES MILITARES) PARECEM HEGEMONIZAR O PODER E EMBORA CEDENDO À LÓGICA DA IMPLANTAÇÃO DUM REGIME DEMOCRÁTICO PARECEM CONTROLAR OS ACONTECIMENTOS.

A DESORIENTAÇÃO (FRAGILIDADE) DOS APARATOS PARTIDÁRIOS É AINDA TÃO EVIDENTE EM 1975/76, QUE PREFEREM DEPOSITAR NAS MÃOS DE UM MILITAR AS GRANDES ACÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA E APOIAM A SUA ELEIÇÃO PARA A PRESIDENCIA.

CONCLUÍDA A ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO, A ARQUITECTURA DO REGIME PASSA A REPOUSAR NUMA DISTRIBUIÇÃO DE PODERES, CUJO EQUILÍBRIO FOI POSSIBILITADO PELA PARCIMÓNIA COM QUE O CONSELHO DA REVOLUÇÃO, EXERCEU OS SEUS, E PELA POSTURA INDEPENDENTE E APAR



TIDÁRIA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

TODAVIA, AS FRAGILIDADES DO REGIME CEDO SE COMEÇARAM A EVI
DENCIAR.

A CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO PRÁTICA DE CADA PARTIDO ASSEMELHA-SE CON
SIDERAVELMENTE DEIXANDO AO CIDADÃO (ELEITOR) A SENSACÃO DE IMPO-
TÊNCIA PERANTE O QUE VÊ PRATICAR E OS ARGUMENTOS PRODUZIDOS JUSTI
FICANDO ESSA MESMA ACTUAÇÃO. TODAS AS FORÇAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS
TÊM CAPACIDADE (CONDIÇÕES) PARA APRESENTAR UM PROGRAMA SUFICIENTE
MENTE VASTO PARA, UMA VEZ NO PODER, AO ACTUAREM OS ASPECTOS QUE
IMPLICAM DEFINIÇÕES CLARAS, PUDEREM MANIPULAR SUFICIENTEMENTE ES-
SA ACTUAÇÃO.

Fundação Cuidar o Futuro

POR OUTRO LADO A FORTE CONCENTRAÇÃO DO PODER NO INTERIOR
DOS PARTIDOS E NAS MÃOS DOS SEUS LÍDERES, RETIRA A CAPACIDADE DE
INTERVENÇÃO DOS REPRESENTANTES ELEITOS PELO POVO.

ASSIM, OS PROBLEMAS CONJUNTURAIS SÃO DE TAL MODO EMPOLA-
DOS E ATÉ DRAMATIZADOS QUE O PROGRAMA (PROJECTO) FICA A AGUARDAR
MELHORES DIAS E/OU MELHORES OPORTUNIDADES.

TEM SIDO NESTE QUADRO DE ACTUAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA QUE
O PRESTÍGIO E IMPORTÂNCIA POLÍTICA DO ACTUAL PRESIDENTE SE SEDI-
MENTOU, CONSTITUINDO A PARTIR DA IMPOSSIBILIDADE DA SUA MANIPULA-
ÇÃO (CONTROLE) PELOS PARTIDOS, UMA AMEAÇA A ESSA MESMAS ESTRUTU-
RAS PARTIDÁRIAS E SEUS AGENTES.



ESTE FACTO, CONSTITUIU O P.R. EM "CONTRA PODER" E "AMEAÇA" PERMANENTE E LEVOU A UMA ALIANÇA TÁCTICA ENTRE AS MAIORES FORMAÇÕES PARTIDÁRIAS NO SENTIDO DE LHE RETIRAREM TODA A CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO INSTITUCIONAL.

AO NÍVEL DA OPINIÃO PÚBLICA E QUER AINDA VISTO COMO MILITAR E QUER PELO SEU DISCURSO, TEM VINDO A MANTER UM ELEVADO CAPITAL POLÍTICO E UMA IMAGEM DE DIFERENÇA EM RELAÇÃO AOS OUTROS AGENTES POLÍTICOS.

LOGO APÓS A SEGUNDA VITÓRIA ELEITORAL DO PRESIDENTE EANES, MÁRIO SOARES FALTOU AOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS QUANDO NEGOCIOU COM A A.D. A REVISÃO CONSTITUCIONAL, PERANTE O ESPANTO E OPOSIÇÃO DE MUITOS ELEMENTOS DO SEU PRÓPRIO PARTIDO.

GRANDE PARTE DO P.S. NÃO ACEITOU TAL REDUÇÃO DRÁSTICA DOS PODERES DO P.R., POR COERÊNCIA E POR BOM SENSO POLÍTICO.

UMA PARTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO P.S., APESAR DE NÃO ESTAR DE ACORDO, CEDEU PERANTE AS POSIÇÕES DE M. SOARES E NÃO CONCERTOU QUALQUER ACTUAÇÃO POLÍTICA CONSEQUENTE.

A FORMA COMO A QUESTÃO DAS CHEFIAS MILITARES FOI TRATADA (LEI DA DEFESA NACIONAL), AS SOLUÇÕES ACHADAS PARA O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL E PARA A NÃO EXPLICITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE POLÍTICA DO GOVERNO PERANTE O P.R. COMPLETARAM-SE.



RETIRAM AO P.R. QUALQUER INTERFERÊNCIA NA AVALIAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS, JUSTIFICAM O NÃO INFORMAREM DAS ACTIVIDADES DO GOVERNO, RETIRARAM-LHE TODA A POSSIBILIDADE DE INTERFERIR NA GESTÃO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS, DERAM UM PASSO DECISIVO NO SEU ISOLAMENTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL.

É ASSIM, QUE A REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO, APENAS SE TRADUZ NUMA DRÁSTICA DIMINUIÇÃO DOS PODERES INSTITUCIONAIS DO P.R. QUE DEIXA DE SER CORRESPONSÁVEL PELA ACÇÃO GOVERNATIVA, É AFASTADO DA ÁREA DE DECISÃO MILITAR, E NÃO PARTICIPA NO CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS, TUDO COM O ARGUMENTO DE PÔR FIM AO PERÍODO DE TRANSIÇÃO.

AS EXPECTATIVAS QUANTO A UMA ACÇÃO DE NÃO ACEITAÇÃO DE TAIS CONDIÇÕES PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DESVANECERAM-SE BEM COMO PARECE TER SIDO ULTRAPASSADO O QUADRO TEMPORAL, EM QUE A UMA ACÇÃO DE ESVAZIAMENTO DOS SEUS PODERES INSTITUCIONAIS, O P.R. PODERIA CONTRAPÔR O SEU ENORME PRESTÍGIO POLÍTICO.

DE FACTO, EMBORA O COMPORTAMENTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO P.R. NÃO TENHA VARIADO AO LONGO DOS ÚLTIMOS 8 ANOS (8 ENTRE 10 DO PROCESSO DEMOCRÁTICO), O SEU SEGUNDO MANDATO PROCESSOU-SE A PARTIR DE 82 EM CONDIÇÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS BEM DIFERENTES DO PRIMEIRO.

ASSIM, O PRESIDENTE TEM PATROCINADO SUCESSIVAS COLIGAÇÕES E ARRANJOS GOVERNAMENTAIS, EM PARTICULAR A ÚLTIMA CHAMADA DO BLOCO CENTRAL, CUJO FALHANÇO SE REFLECTIRÁ COMO UM FALHANÇO DO P.R. NA AUSÊNCIA DUMA QUALQUER OUTRA ALTERNATIVA.



O P.R. ADMITIU EM OUTUBRO DE 82 UMA MUDANÇA INSTITUCIONAL RADICAL, NO SENTIDO DE UMA COMPLETA DESCARACTERIZAÇÃO DOS PODERES PRESIDENCIAIS, E TEM ACTUADO DESDE ENTÃO COMO SE DESSE UM TOTAL AVAL A ESSA NOVA SITUAÇÃO.

HOJE MAIS DO QUE DURANTE O PRIMEIRO MANDATO O P.R. APARENTA SER UM AGENTE PASSIVO DO REGIME, OU A EXTENSÃO INSTITUCIONAL DO EXECUTIVO.

TAL ATITUDE ALIADA À NATUREZA DA ACTUAL COLIGAÇÃO, BLOQUEOU PELO MENOS POR AGORA O REGIME, POS NÃO EXISTEM DE FACTO ALTERNATIVAS PARTIDÁRIAS À ACTUAL COLIGAÇÃO SEM UMA REFORMULAÇÃO DO QUADRO EXISTENTE, PERMITINDO MESMO A MUITOS POLÍTICOS UMA ARROGÂNCIA TRADUZIDA EM MUITAS ATITUDES POLÍTICAS INACEITÁVEIS EM DEMOCRACIA.

Fundação Cuidar o Futuro



INTERNACIONAIS DEVE SER POSTA À PROVA EM FAVOR DOS LEGÍTIMOS DIREITOS DO POVO DE TIMOR-LESTE.

SEM DÚVIDA QUE NA SOCIEDADE PORTUGUESA EXISTEM HOJE PRÁTICAS DE RELAÇÃO ENTRE AS PESSOAS E DE EXPRESSÃO DE OPINIÃO QUE SERIAM IMPENSÁVEIS 10 ANOS ATRÁS.

APESAR DISSO SÃO CADA VEZ MAIS FREQUENTES OS DESABAFOS DE ALGUNS CIDADÃOS CÉPTICOS SOBRE A EFICÁCIA DAS LIBERDADES TRAZIDAS PELO 25 DE ABRIL.

A CRISE ECONÓMICA, GERA, COMPREENSIVELMENTE CLIMAS DE DESESPERANÇA E ANSIEDADE.

A DEMOCRACIA ESTÁ RESTRINGIDA AO EXERCÍCIO DO JOGO ELEITORAL, SENDO PREOCUPANTES OS REFLEXOS DEFENSIVOS DOS QUE SE SENTEM INSTALADOS NO PODER, E QUE FREQUENTEMENTE ASSUMEM MEDIDAS DE RESTRIÇÃO DE EXPRESSÃO DE OPINIÃO E/OU MANIFESTAÇÃO, INQUIETANTES.

AS MAIORIAS NUNCA TERÃO LEGITIMIDADE SE ACTUAREM DESCRICIONARIAMENTE E ESMAGANDO OS DIREITOS DE RESPOSTA DAS MINORIAS.

A INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS NA VIDA PÚBLICA, AO NÍVEL DO PODER LOCAL, DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE E/OU CULTURAIS E DOS ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO ESTÁ DRASTICAMENTE CONDICIONADA POR UMA INTERPRETAÇÃO REDUTORA DO PODER DO VOTO POPULAR E DO VOTO DE CADA CIDADÃO.

A QUESTÃO VITAL DO ESTADO, JUSTIÇA RÁPIDA E EFICAZ PARA TODOS, CONTINUA POR RESOLVER. SÓ ASSIM É POSSÍVEL OUVIR FA-



LAR DA CORRUPÇÃO E DE FRAUDE GENERALIZADA SEM QUE UMA INTERVENÇÃO EFICAZ PONHA COBRO A SITUAÇÕES CONHECIDAS.

É TODAVIA, NO CAMPO ECONÓMICO E SOCIAL ONDE É MAIOR E MAIS LEGÍTIMA A DECEPÇÃO DOS PORTUGUESES.

É TAMBÉM A ÁREA ONDE É MAIS SURPREENDENTE A INCAPACIDADE DOS GOVERNANTES E DIRIGENTES POLÍTICOS PARA ACTUAR, O QUE SUBSTITUEM POR VEZES, POR DESPROPOSITADOS E INCRÍVEIS ARGUMENTOS.

AS FALSAS DISCUSSÕES IDEOLÓGICAS IMCAPACITAM A COMPREENSÃO DA REALIDADE.

NÃO É CREDÍVEL O ARGUMENTO DE QUE SUCESSIVAS REVISÕES CONSTITUCIONAIS PERMITAM ALTERAR AS REGRAS DE FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA.



A QUESTÃO DAS NACIONALIZAÇÕES TÊM SIDO OBJECTO DE DISCURSOS DEMAGÓGICOS E DEVE CONSTITUIR UMA PREOCUPAÇÃO ASSENTE NUMA REALIDADE BEM SIMPLES.

- . O SECTOR PÚBLICO PORTUGUÊS, ISTO É O SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL DO ESTADO TEM DIMENSÃO IDENTICA À DE OUTROS PAÍSES DA EUROPA OCIDENTAL;
- . SE AS NACIONALIZAÇÕES DIRECTAS ARRASTARAM POR VEZES PARADOXAIS NACIONALIZAÇÕES INDIRECTAS, PARA OS QUAIS O ESTADO NÃO TEM VOCAÇÃO NEM MEIOS DE GESTÃO, FOI SÓ PORQUE OS GRUPOS NACIONALIZADOS DETINHAM POR SUA VEZ PARADOXAIS E TENTADORAS PARTICIPAÇÕES EM CERTAS EMPRESAS.

~~UTILIZAM-SE COMO ARGUMENTOS OS GRANDES DÉFICES DO SECTOR PÚBLICO, QUANDO ESTES DIZEM RESPEITO A UM NÚMERO REDUZIDO E CONHECIDO DE EMPRESAS PÚBLICAS, ÀS QUAIS A SUA LIGAÇÃO ANTERIOR AO BANCOS PRIVADOS DENTRO DOS GRUPOS ECONÓMICOS PERMITIA A UTILIZAÇÃO DE CAPITAIS ALHEIOS A BAIXO CUSTO O QUE NOS ÚLTIMOS ANOS DO ANTERIOR REGIME PERMITIU A CAPTAÇÃO DE CAPITAIS ACCIONISTAS EM TERMOS ALTAMENTE ESPECULATIVOS E FINALMENTE EM PREJUÍZO DAS NUMEROSAS PEQUENAS POUPANÇAS.~~

NAS EMPRESAS COM ELEVADO INVESTIMENTO, ALGUMAS VEZES MAL PLANEADO, OS ENCARGOS FINANCEROS ULTRAPASSAM LARGAMENTE OS ENCARGOS COM O PESSOAL. FALAR DAS ELEVADAS DÍVIDAS À BANCA SERÁ FALAR DAQUELA INTER-RELAÇÃO ENTRE O ECONÓMICO E O FINANCEIRO.

SEM DÚVIDA QUE A MAIORIA DAS EMPRESAS PÚBLICAS NÃO SATIS-



FAZ OS SEUS DESTINATÁRIOS, O PÚBLICO CONTRIBUINTE E CONSUMIDOR.

MUITOS TRABALHADORES ENCARAM OS SEUS POSTOS COMO DEFINITIVAMENTE SEGUROS E COM SALÁRIOS AUTOMATICAMENTE ACTUALIZADOS;

NÃO EXISTE UMA PRÁTICA DE PROMOVER E INCENTIVAR OS MAIS CAPAZES, OS GASTOS SÃO POR VEZES EXCESSIVOS E DESREGULADOS

; OS DESEJOS E NECESSIDADES DO PÚBLICO CONSUMIDOR SÃO IGNORADOS. MAS ESTAS FALHAS DEPENDEM ESSENCIALMENTE DA MÁ GESTÃO. AS EMPRESAS PÚBLICAS TÊM DE GERIR-SE COM AS MESMAS TÉCNICAS E EXIGÊNCIAS QUE AS PRIVADAS, OU MELHOR AINDA, SE CONSIDERARMOS A SUA SUJEIÇÃO A OBJECTIVOS QUE TÊM A VER COM O INTERESSE COLECTIVO.

OS SEUS TRABALHADORES TÊM DE SER MAIS CORRESPONSABILIZADOS NOS RESULTADOS E OS SEUS GESTORES TALVEZ ATÉ MAIS QUALIFICADOS PORQUE CHAMADOS A TAREFAS QUALITATIVAMENTE ALARGADAS.

TAL NÃO É COMPATÍVEL COM AS PARTILHAS DO PODER EMPRESARIAL ESTATAL POR PARTE DOS AGENTES POLÍTICOS PARTIDÁRIOS QUE POR VEZES ATINGEM O LIMIAR DO OPORTUNISMO E ESCÂNDALO.



É DE TODOS CONHECIDO QUE NADA OU QUASE NADA SE ALTEROU NAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS ANTERIORES AO ÚLTIMO DECÊNIO.

A AGRICULTURA VIU AGRAVADAS AS DISTORÇÕES E INSUFICIÊNCIAS QUE JÁ HÁ DEZ ANOS ERAM POSSÍVEIS DETECTAR.

ENCONTRAMOS UMA INSUPORTÁVEL DEPENDÊNCIA DO EXTERIOR NO QUE DIZ RESPEITO A ABASTECIMENTO DE BENS ALIMENTARES DE PRIMEIRA NECESIDADE.

AS PESCAS ESTÃO LONGE DE SATISFAZER AS NECESSIDADES MÍNIMAS E ENCONTRAM-SE DESAJUSTADAS À IMENSIDÃO DOS MARES SOBRE OS QUAIS EXERCEMOS LEGÍTIMOS DIREITOS.

AS ESTRUTURAS PRODUTIVAS NÃO SE AJUSTARAM À MELHOR UTILIZAÇÃO DA COMPONENTE ENERGÉTICA QUE AGRAVOU A DEPENDÊNCIA DE TODAS AS ECONOMIAS QUE NÃO DISPÕEM DE RECURSOS PRÓPRIOS.

A INDÚSTRIA PASSOU DE UM REGIME DE PROTECÇÃO ADMINISTRATIVA PARA UMA LIBERALIZAÇÃO NUM TEMPO DE RESTRIÇÕES DE MERCADOS EXTERNOS E DE AJUSTAMENTO A NOVAS RELAÇÕES LABORAIS QUE POR SUA VEZ IMPLICAM NOVOS CONCEITOS E PRÁTICAS EMPRESARIAIS.

NÃO SURPREENDE POR ISSO QUE OS EMPRESÁRIOS RECLAMEM PELA JUSTA REDUÇÃO DAS PEIAS ADMINISTRATIVAS À SUA INICIATIVA E SIMULTANEAMENTE PELA PRESENÇA PROTECTORA DO ESTADO.



VIVEMOS A DOLOROSA SITUAÇÃO DE OS PARÂMETROS ECONÓMICOS SEREM ESTABELECIDOS PELAS INSTÂNCIAS FINANCEIRAS INTERNACIONAIS COM AS QUAIS NOS ENDIVIDAMOS .

É COM AMARGURA QUE CADA PORTUGUÊS CONSTATA DIARIAMENTE A PERDA DA NOÇÃO DE IDENTIDADE E INDEPENDÊNCIA NACIONAL E A FORMA SUBSERVIENTE COMO ALGUNS RESPONSÁVEIS DO ESTADO SE RELACIONAM COM O EXTERIOR .

É COMUM DIZER-SE QUE NOS ENCONTRAMOS NUMA SITUAÇÃO DE CRISE GENERALIZADA. CRISE QUE ARRASTA CONSIGO TAMBÉM UMA INSEGURANÇA GENERALIZADA .

- INSEGURANÇA NO EMPREGO, RESULTANTE DO AUMENTO ASSUSTADOR DE DESEMPREGADOS E DA PRÁTICA IMORAL E SOCIALMENTE INACEITÁVEL (RECENTEMENTE ADQUIRIDA) DE NÃO PAGAMENTO DO TRABALHO REALIZADO;
- INSEGURANÇA DA JUVENTUDE RESULTANTE DE FACTORES DE VÁRIA ORDEM COM ESPECIAL INCIDÊNCIA NA FALTA DE EMPREGO E NA DETERIORAÇÃO DOS SUPORTES MATERIAIS E CULTURAIS DAS ESCOLAS;



- INSEGURANÇA PÚBLICA, CONSEQUENTE AO AUMENTO DA CRIMINALIDADE DE DERIVADA FUNDAMENTALMENTE DA DETERIORAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIAIS;
 - INSEGURANÇA CÍVICA RESULTANTE DA FRUSTRAÇÃO COM QUE OS PORTUGUESES ENCARAM UMA JUSTIÇA CÉLERE E EFICAZ;
 - INSEGURANÇA ALIMENTAR RESULTANTE QUER DOS SISTEMÁTICOS AUMENTOS DE BENS E PRODUTOS DE PRIMEIRA NECESSIDADE QUE AFECTAM OS MAIS POBRES, QUER DAS LIMITAÇÕES DA PRODUÇÃO NACIONAL.
 - INSEGURANÇA NA FORMAÇÃO DE LARES DEVIDO À ESCASSEZ DE HABITAÇÃO OU DO SEU CUSTO INSUPORTÁVEL;
- ## Fundação Cuidar o Futuro
- INSEGURANÇA POLÍTICA RESULTANTE DO FACTO DE SE DEIXAR DE ACREDITAR NOS HOMENS RESPONSÁVEIS PELA "COISA PÚBLICA", CHEGANDO-SE AO PONTO DE SE PODER PENSAR QUE "TÃO BONS ERAM OS OUTROS COMO SÃO ESTES".

O PAÍS ENCONTRA-SE PERANTE UMA DAS SUAS MAIORES CRISES DE SEMPRE. A INCAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA E OS SUCESIVOS ADIAMENTOS DE ESPERANÇA CONSECUTIVAMENTE ALIMENTADOS É UM GRANDE MOTIVO DE DECEPÇÃO.

IMPORTAMOS QUASE TODA A ENERGIA DE QUE NECESSITAMOS E CERCA DE METADE DA ALIMENTAÇÃO. NÃO DISPOMOS DE MA-



TÉRIAS PRIMAS ESTRATÉGICAS, SÃO ESCASSOS OS CAPITAIS DISPONÍVEIS E A NOSSA DÍVIDA EXTERNA CRESCENTE PERMITE INTROMISSÕES E DECISÕES QUE NÃO SÃO AS QUE NOS CONVÉM.

A EMIGRAÇÃO TERMINOU, AS REMESSAS DOS EMIGRANTES CAIEM JÁ EM VALOR REAL COM O REGRESSO DAS PRIMEIRAS ONDAS DE EMIGRADOS. O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DOS ANOS 60 TERMINOU.

Fundação Cuidar o Futuro

POR OUTRO LADO, A SOCIEDADE ESTÁ AINDA SOFRENDO OS TRAUMATISMOS DA ADAPTAÇÃO DE NOVAS CONDIÇÕES POLÍTICAS. DIVISÕES ARTIFICIAIS FORAM CRIADAS DENTRO DE GRUPOS COM INTERESSES MAIS COMUNS DO QUE POR VEZES APARENTAM.

O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES PATRONAIS E DOS SINDICATOS É FUNDAMENTAL NO CONCERTO SOCIAL. NAS SOCIEDADES AVANÇADAS, ONDE A TRANSPARÊNCIA DOS PROCESSOS NA DISTRIBUIÇÃO E ACUMULAÇÃO DOS RENDIMENTOS É CONHECIDO O CONCEITO TRADICIONALISTA DO CONFRONTO DE CLASSES FOI SUBORDINADO A UMA CONCERTAÇÃO NEGOCIADA, JÁ QUE O ESTADO CONTROLA E TRIBUTA TODOS OS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE RIQUEZA.

Fundação Cuidar o Futuro

OS EMPRESÁRIOS PORTUGUESES VIVERAM DURANTE EXCESSIVO TEMPO PROTEGIDOS DO DIÁLOGO SOCIAL.

MUITAS DIRECÇÕES SINDICAIS MANTÊM UM RADICALISMO E VISÃO ESTREITA DAS REALIDADES CIRCUNDANTES, E UTILIZAM MEIOS DE LUTA E DISCURSOS DESAJUSTADOS DOS OBJECTIVOS, OS QUAIS INQUIETAM E PERTURBAM A CONFIANÇA E A VIDA DOS CIDADÃOS.

EXISTE UMA CRESCENTE AMEAÇA DE DESEMPREGO E É ESCANDALOSA A SITUAÇÃO DE TRABALHADORES QUE NÃO RÉCEBEM SALÁRIOS E DE EMPRESAS QUE RETÊM ABUSIVAMENTE O DINHEIRO DA SEGURANÇA SOCIAL E JÁ DESCONTADOS.

ESTA SITUAÇÃO SE NÃO FÔR ULTRAPASSADA COMPORTA O PÉRIGO DE TENSÕES SOCIAIS INSUSTENTÁVEIS. É OBRIGAÇÃO DE TODOS OS PORTUGUESES QUALQUER QUE SEJA A POSIÇÃO QUE OCUPAM, DE CONTRIBUIR



PARA A REPARTIÇÃO JUSTA QUER DA RIQUEZA CRIADA, QUER DOS RIGORES DA AUSTERIDADE. A ADMINISTRAÇÃO E AS EMPRESAS PÚBLICAS TERÃO DE SERAS PRIMEIRAS A DAR O EXEMPLO E A SERVIR DE CAMPO DE EXPERIÊNCIAS DE CONCERTAÇÃO E CRIAÇÃO DE EMPREGOS E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

MAS NESTA QUESTÃO DE FUNDO É A PRÓPRIA CULTURA E PRÁTICA CRISTÃ DA JUSTIÇA QUE NO-LO IMPÕE.

NESTE PARTICULAR, O SALÁRIO E O LUCRO TÊM DIFERENTE HIERARQUIA DE VALORES. TAMBÉM NÃO SÃO OS TRABALHADORES QUEM MAIS BENEFICIA COM FRAUDES E EVASÕES FISCAIS E DISTORCIDAS REPARTIÇÕES DE RENDIMENTO NUMA POLÍTICA FISCAL QUE CASTIGA O TRABALHO.

UMA OUTRA QUESTÃO PRIMORDIAL NA ÁREA ECONÓMICA É O DA INTEGRAÇÃO NAS COMUNIDADES EUROPEIAS. AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS COLOCARAM-NAS NAS SUAS LINHAS PROGRAMÁTICAS E É PORTANTO LEGÍTIMO QUE PROSSIGAM E SUPOREM AS NEGOCIAÇÕES. NO ENTANTO A MAIORIA DO POVO PORTUGUÊS IGNORA AS CONSEQUÊNCIAS DA ADESÃO.

SE AS VANTAGENS POLÍTICAS PARECEM CLARAS, JÁ O NÃO SÃO AS CONSEQUÊNCIAS, NOS CONSUMIDORES QUE SOMOS DE PRODUTOS ALIMENTARES BÁSICOS IMPORTADOS ATÉ AGORA DE OUTRAS ZONAS GEOGRÁFICAS. VEREMOS MAIS SOBRECARRREGADOS OS ORÇAMENTOS DOMÉSTICOS, SOBRETUDO DAS FAMÍLIAS DE MENORES RECURSOS: POUCO CLARAS SÃO TAMBÉM AS CONSEQUÊNCIAS NUMA PARTE SUBSTANCIAL DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS.



A ESTRUTURA AGRÍCOLA PORTUGUESA QUE OCUPA MÃO DE OBRA EM EXCESSO , DIFICILMENTE DARÁ A MÉDIO OU LONGO PRAZO O SALTO DE QUALIDADE EMPRESARIAL E TECNOLÓGICA PARA CONCORRER AOS MERCADOS EUROPEUS. POR OUTRO LADO A TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS DE AGRICULTURA PARA A EMIGRAÇÃO NO FIGURINO DOS ANOS 60 NÃO SE DARÁ.

A INDÚSTRIA E OS SERVIÇOS TERÃO DE ENFRENTAR INTROMISSÕES CONCORRENCIAIS QUE VÊM APROVEITAR-SE DE UM TECIDO ECONÓMICO EM CRISE E EM DEBILIDADE ESTRUTURAIS. EM TERMOS QUANTIFICÁVEIS É APENAS NO CAMPO DAS AJUDAS FINANCEIRAS QUE PORTUGAL OBTERÁ TALVEZ COMPENSAÇÃO PARA OS CUSTOS ADICIONAIS DA INTEGRAÇÃO.

Fundação Cuidar o Futuro
MAS COMO SE SABE AS AJUDAS SÃO SEMPRE AFECTADAS PELAS VICISSITUDES POLÍTICAS E EXIGEM FORTE COERÊNCIA NEGOCIAL.

A AUSTERIDADE E A CONTENÇÃO APLICADAS COMO RECURSO ÚLTIMO APÓS POLÍTICAS INCAPAZES DE ACELERAÇÃO E TRAVAGEM, ESTÁ A DEIXAR MARCAS MUITO SÉRIAS E EM ALGUNS CASOS IRREVERSÍVEIS.

A POLÍTICA DE "SALVE-SE QUEM PUDER" QUE ACONTECE EM SITUAÇÕES DESTAS E QUE CONDUZEM NO LIMITE ÀS RUPTURAS DE REGIME, SÃO INACEITÁVEIS. PASSA PELO ESTADO E PELA GESTÃO RESPONSÁVEL DO INTERESSE PÚBLICO PORQUE O COLECTIVO, PARTE DA RESPOSTA À ULTRAPASSAGEM DE DIFICULDADES.

TEMOS VINDO A ESTABELEER LIMITES PARA O DÉFICE COM O EXTERIOR PARA HONRAR OS NOSSOS COMPROMISSOS. MAS DETERMINADOS ESSES



VALORES HÁ QUE DISTRIBUÍ-LOS PELOS SECTORES QUE DE UM MODO HARMONIOSO, PORQUE PLANIFICADO, MELHOR CONTRIBUAM, PELA SUA MENOR COMPONENTE DE IMPORTAÇÃO, PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL, PARA A ESTABILIDADE POLÍTICA E PARA O APERFEIÇOAMENTO DA CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA.

A DINAMIZAÇÃO DOS VÁRIOS SECTORES ECONÓMICOS TERÁ DE TER EM CONTA A ECONOMIA DE MOBILIZAÇÃO DOS CAPITAIS E A ESCOLHA DE OBJECTIVOS PARA QUE NOS SENTIMOS VOCACIONADOS NO SISTEMA ECONÓMICO INTERNACIONAL EM QUE NOS QUEREMOS INTEGRAR.

O CRITÉRIO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS TERÁ DE CONSIDERAR COMO UMA DAS VARIÁVEIS CENTRAIS A ACTUAL E GRAVE SITUAÇÃO DE DESEMPREGO E NÃO OBEDECER A UM CÔMODO DESPACHAR DE PROJECTOS EM CARTEIRA, EVENTUALMENTE DESAJUSTADOS DA REALIDADE INTERNA E EXTERNA EM QUE NOS MOVEMOS.

EXISTE SOLUÇÃO VIÁVEL PARA ULTRAPASSAR A CRISE, SE ELIMINARMOS O ACESSÓRIO E SE À VOLTA DUM PROJECTO, SOCIAL NOS APRESENTARMOS AOS OUTROS PAÍSES COM A FORÇA ÉTICA DA NOSSA RAZÃO E DO NOSSO QUERER.

A RECUPERAÇÃO DA CRISE CHAMA A UM ESPECIAL ESFORÇO TRABALHADORES, TÉCNICOS E EMPRESÁRIOS QUE ESTEJAM DISPOSTOS A AJUSTAR OS SEUS INTERESSES A CURTO PRAZO E DE FALSAS QUERELAS IDEOLÓGICAS.

INTERNAMENTE, A CRISE DE VALORES, DE IDENTIFICAÇÃO E DE DIMINUIÇÃO DE RECURSOS QUE ESTAMOS SOPRENDO, NÃO É DA NOSSA INTEIRA RESPONSABILIDADE. ISSO NÃO NOS DEVE IMPEDIR, ONDE FOR POSSÍVEL, DE LU



TAR POR UM FUTURO DE QUE O 25 DE ABRIL FOI ESPERANÇA.

TEMOS UMA RESPONSABILIDADE PERANTE NÓS PRÓPRIOS QUE LIVRE MENTE ASSUMIMOS, QUANDO ERIGIMOS AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS QUE ORA NOS REGEM; ESSA RESPONSABILIDADE É A CONSTRUÇÃO, NA LIBERDADE, NO PLURALISMO E NA TOLERÂNCIA, DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, ONDE CADA UM TENHA UM MÍNIMO QUE LHE PERMITA VIVER SEM A OBSESSÃO SISTEMÁTICA DO DIA DE AMANHÃ.

DESSA LUTA, QUE É PARA NÓS UM DESAFIO, PODEMOS SAIR VITÓRIOSOS SE, ACIMA DA SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES IMEDIATAS, MESMO MORAIS OU ESPIRITUAIS, NOS EMPENHARMOS NUM PROJECTO COLECTIVO.

Fundação Cuidar o Futuro

NO QUAL TEM PAPEL ACTIVO AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS - PARTIDOS E PARLAMENTO - E QUE A MÉDIO OU LONGO PRAZO APONTE PARA UMA MODIFICAÇÃO DA SOCIEDADE, QUE OS RECENTES ACONTECIMENTOS DA HISTÓRIA E ACTUAL CONJUNTURA ECONÓMICA NOS COLOCA EM CONDIÇÕES ALTAMENTE FAVORÁVEIS DE VIR A SER O TESTEMUNHO.

PARA TAL, OS PORTUGUESES NÃO PRECISARÃO DE RENUNCIAR ÀS SUAS CRENÇAS, ÀS SUAS IDEOLOGIAS E ÀS SUAS OPÇÕES POLÍTICAS: APENAS TERÃO QUE COMPREENDER QUANDO E ONDE DEVEM POR ACIMA DOS SEUS INTERESSES E VALORES PARTICULARES OS INTERESSES E VALORES COLECTIVOS DUMA NAÇÃO ANTIGA E QUE SE ORGULHA DO SEU PASSADO.

ESSA COMPREENSAO EXIGE UM ESFORÇO, UMA PERSEVERANÇA E UMA ATITUDE DE ISENÇÃO QUE NÃO SE COMPADECEM COM A PAIXÃO PARTIDÁRIA OU COM O REGIONALISMO INTRANSIGENTE.



EXIGIMOS, POR OUTRO LADO, DOS NOSSOS ALIADOS, O RECONHECIMENTO DA PARTE DE RESPONSABILIDADE QUE LHES CABE NA CRISE QUE A TODOS AFECTA, O RECONHECIMENTO DO DIREITO QUE TEMOS A AJUDA FINANCEIRA E À RESOLUÇÃO DOS NOSSOS PRÓPRIOS PROBLEMAS INTERNOS.

ESSA EXIGÊNCIA É A CONDIÇÃO MÍNIMA DE UM POVO QUE ENCARA O FUTURO DE CABEÇA ERGUIDA E NÃO ACEITA VER REPETIR NO SEU PAÍS EXPERIÊNCIAS CUJO ÊXITO NOUTRAS ÁREAS FOI, AINDA POR CIMA, DUVIDOSO.

QUASE TODAS AS MODALIDADES DE ASSOCIAÇÃO PARTIDÁRIA PARA AS TAREFAS GOVERNAMENTAIS FORAM JÁ EXPERIMENTADAS. A COLIGAÇÃO ACTUALMENTE NO PODER, PELO LUGAR QUE OCUPA NO QUADRO PROGRAMÁTICO E PE LA REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL QUE LHE ESTÁ CONFERIDA REPRESENTA A MAIS SIGNIFICATIVA OPORTUNIDADE.

USUFRUI TAMBÉM DE NEUTRALIDADE POLÍTICA O P.R. QUE DISCORDANDO PROFUNDAMENTE DOS TERMOS EM QUE A REFORMA CONSTITUCIONAL FOI FEITA E DE MUITAS DAS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA ADOPTADAS, ENDEU NADA FAZER, PARA QUE A ACTUAL COLIGAÇÃO TIVESSE OS MEIOS SUFICIENTES PARA ENFRENTAR E RESOLVER OS GRANDES PROBLEMAS NACIONAIS

A POUCO MAIS DE UM ANO DE TAL REFORMA CONSTITUCIONAL, GRANDE PARTE DOS SEUS FAUTORES NEGA-A PELA EXIGÊNCIA DE NOVA. A NEUTRALIDADE DO P.R. DE NADA SERVIU PARA FACILITAR A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS ADEQUADAS.